

## Discurso proferido pelo Governador do Banco de Cabo Verde no Seminário da AJOC

- Associação dos jornalistas de Cabo Verde -

- Realizado na Praia, no dia 2.05.04

Good news is bad news – más notícias vendem mais – esta velha máxima jornalística não se aplica, hoje e aqui, porque a organização desta conferência representa uma excelente notícia, irradiando assim a AJOC sinais de dinamismo, podendo contribuir para a criação de uma imprensa verdadeiramente livre.

Espero que sejam irradiações incessantes, na linha daquilo que tem sido a história do jornalismo cabo-verdiano nascido muito antes da independência, tendo conquistado o seu espaço próprio genuinamente cabo-verdiano, donde Eugénio de Paula Tavares se destaca como um dos seus expoentes no primeiro quartear do século XX.

Congratulo-me com estes sinais e exactamente por isso aceitei de pronto o convite do Dr. Paulo, que agradeço. Digo ainda que a nova geração deve assumir as suas responsabilidades, apresentando resultados.

Entre economistas, sobretudo os da área financeira, e os jornalistas existem infinitas semelhanças. Queria apenas apontar duas:  
A primeira semelhança consiste em todos nós sermos intermediários.

Os economistas e jornalistas são intermediários, veículos de transmissão. Enquanto os economistas fazem a intermediação entre a poupança e o investimento, os jornalistas fazem a intermediação da informação.

Quer a moeda, quer a informação são recursos escassos e de valor estratégico que devem ser procurados, intermediados com capacidade, ousadia, imaginação, liberdade e autonomia.

A diferença pode existir, sim, na margem de intermediação que para os economistas é em regra maior do que para os jornalistas. Felizmente - dizem os economistas.

E a segunda semelhança tem a ver com a confiança.

Os economistas trabalham com crédito, que é originário da palavra credere que significa confiança, um activo de extrema relevância para os jornalistas, quer no seu relacionamento com as fontes, quer no seu relacionamento com o consumidor.

O jornalista que se preze assim como um bom financeiro deve, antes de mais, ser um veículo de transmissão de confiança.

E a confiança só se consegue com a verdade. Aliás, o jornalismo, já dizia Heinrich Heine, um grande escritor e jornalista alemão, é acima de tudo esforçar-se para dizer a verdade, só a verdade e toda a verdade. A questão que se coloca ontem e hoje é como é que isso poderá ser possível.

A abertura para o todo, conceito defendido pelo filósofo Josef Pieper, em seu ensaio sobre o papel da universidade – onde lembra que o espírito de uma instituição desta natureza deve ser o de reunir todos os valores, tudo o que cerca o homem e não seccionar a realidade, para que a sociedade, vendo-se a si mesma, busque as mudanças que se fazem necessárias para promover o bem-estar de toda a população.

Este principio aplica-se ao jornalismo, algo parecido com o que fazem as artes e a filosofia. É a

linguagem no contexto da humanização do homem, dentro do conceito da antropologia filosófica, que qualifica o homem como um ser que “esquece”.

Por isso, o jornalismo deve re/lembrar, espicaçar, trazer à memória tudo o que diz respeito ao homem. É uma profissão inclusive.

A imagem que temos do mundo e do nosso país não foi fruto, exclusivamente, de uma experiência directa, da observação com os nossos próprios olhos. Melhor, com os nossos próprios olhos e ouvidos, através da televisão, internet, jornais, rádio, entre outros meios.

Daí a responsabilidade do jornalista, sobretudo num mundo caracterizado hoje por um excesso de informação e que graças ao satélite se transformou numa aldeia.

Há estudos que chegam a estabelecer correlações fortíssimas entre a liberdade de informação, de opinião e dos jornalistas, por um lado, e a pobreza/riqueza, por outro. Basta vermos o contributo do poder local democrático no nosso país para a redução da pobreza. Quanto mais livre, mais rico. É tão simples quanto isto. Acredito que sim, porque acredito também nas virtualidades de uma sociedade aberta e no papel dos jornalistas e dos jornalistas livres nesta sociedade.

Também por isso, o jornalismo é um poder, alguns dizem quarto poder. Eu que não gosto de hierarquizar poderes digo que o jornalismo tem poderes importantes e é uma força catalizadora numa sociedade aberta. Esse poder cresce quotidianamente. Felizmente!

Exactamente por isso, o exercício deste poder exige a prática da ética republicana, entendida exclusivamente como respeito escrupuloso pela lei, e responsabilidade .

Referimo-nos à responsabilidade relativamente à verdade, tratamento cuidado das informações, respeito pelas fontes e público, cuidado com a vida privada e os direitos humanos e atenção aos valores religiosos e filosóficos.

A imprensa não pode constituir-se, por direito próprio, numa força, quando ela apresenta constrangimentos subtis mas fortíssimos ao seu pleno e normal desenvolvimento.

Falo sobretudo da imprensa especializada e mais concretamente da especializada em assuntos económicos, objecto desta minha intervenção.

È, por isso, preciso criar, urgentemente, e implementar uma norma de funcionamento para o seu relacionamento com as fontes especializadas de informações, porque aqui parece estar um dos principais bloqueios ao pleno funcionamento da função-informação, em particular quando é feita a partir de um processo profissional de investigação jornalística.

Se é evidente a importância da contribuição da fonte na transmissão da informação económica, elas, as fontes, podem distorcer a compreensão dos factos.

Porque a fonte é movida por interesses. Toda a fonte que fornece uma informação, está a disponibilizá-la porque quer atingir algum objectivo com essa informação. Quando a fonte é oficial, pública, parte do governo, normalmente as fontes querem beneficiar os governos a que servem, podendo contribuir para a desinformação. E a informação não pode servir para desinformar.

Temos, por isso, que desestatizar e, despartidarizar a comunicação social, evitando que nem o estado, nem os partidos políticos, nem os interesses financeiros condicionem o funcionamento dos órgãos.

Estes elos podem transformar-se num cancro para a sociedade que se quer livre, produzindo e reproduzindo a autocensura, o mal maior da nossa comunicação social.

Pois defendo que não existe jornalismo público versus jornalismo privado, mas sim bom e mau jornalismo e os perigos existem em todo o lado. Ninguém se transforma num bom ou mau jornalista

pelo simples facto de trabalhar num órgão público ou privado .

Com a vossa permissão queria fazer referência a algumas notícias divulgadas recentemente pelos jornais, onde do meu ponto de vista, sublinho, as fontes parecem ter atingido os seus objectivos, sem que os jornalistas tivessem feito uma análise mais cuidada por forma a poder informar com objectividade.

Crescimento do PIB em 7 pct, em 2003; bolsa de valores; revolução do sistema financeiro na próxima semana, banco de desenvolvimento e de investimento, participação de Cabo-Verde na reunião da OMC; acumulação de funções de primeiro-ministro e de ministro das finanças – o exemplo de Luxemburgo, a troca de números entre o Governador e o Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional; mais competitividade para o sector privado, entre outras. Obviamente que o jornalista tem de apurar melhor e ver quais são os interesses que movem as fontes, para poder informar com a máxima isenção possível.

Isso não depende apenas do jornalista. Depende sobretudo da qualidade do jornalismo que queremos praticar e das políticas editoriais, porque, muitas vezes, a margem de manobra do jornalista individual é deveras limitada.

Ora, isto só parece possível pela via da construção de um triângulo – tripé - virtuoso, cujos vértices são:

1: profissionalizar e construir a confiança pela competência. O jornalista deve esforçar-se de tal forma para que ele seja visto pela empresa como um verdadeiro especialista, obrigando-se a respeitá-lo e a levar em conta as suas opiniões.

Hoje, dos cerca de 126 jornalistas, 66 são licenciados, correspondendo a 52 pct do total, 35 têm formação profissional (curso médio, cenjor e formação profissional, representando 34 pct do total), o que faz com que cerca de 86 % dos profissionais tenham formação. Importa registar que 17 profissionais, ou seja, 14 pct do total, têm cursos incompletos, ensino liceal ou escola técnica.

Estes rácios mostram que o problema só pode residir na linha editorial e na especialização, tanto mais que há cada vez mais licenciados na área económica que chegam ao país, implicando um excesso de oferta nesta área.

E se na verdade não há insuficiências na oferta de potenciais meios humanos para a sua possível cobertura a prazo, o problema vai reduzir-se uma vez mais na opção estratégica que a imprensa económica tomar: vender enlatados e fast food ou fazer um jornalismo à maneira, de investigação e análise?

2: jornalistas ousados e livres e pleno acesso à informação.

Todos os jornalistas devem ter direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo, designadamente processos, relatórios, estudos, pareceres, actas, autos, circulares, officio-circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação geral ou de enquadramento de actividade ou outros elementos de informação.

E mais: todos os serviços devem ser obrigados a criar as condições para o exercício pleno deste direito pelos jornalistas cujo comportamento deve ser balizado pelos seus estatutos, fiscalizado pelo conselho de comunicação social, só possível se o referido órgão funcionar em pleno, sendo um dos garantes do bom funcionamento do estado de direito democrático, pois ele não pode existir sem a liberdade de imprensa.

Nesta luta, a AJOC deve estar na linha de frente, porque compete ao Estado garantir, facilitar e

promover o acesso livre e total à documentação da administração pública.

Com esta norma a ser respeitada, não só garantimos o livre e total acesso à informação como também combatemos por essa via e preventivamente contra a corrupção e a incompetência.

Mas há também o outro lado da medalha. Há muita informação produzida que não é convenientemente utilizada. Refiro-me às informações produzidas, nomeadamente pelo BCV, INE, pelas empresas de diversas áreas e Governo e que podiam dar origem a informações e análises económicas de grande utilidade para o grande público. Essas informações são sub-utilizadas. Mais, se houver confiança, pode-se disponibilizar muito mais informação. Este é, certamente, um dos desafios a vencer nos próximos tempos.

3: autonomia do jornalista, evitando a sedução do poder.

O Estado deve proteger, legalmente, os jornalistas contra os abusos e penalizar também os excessos. Porque garantindo o livre acesso à informação e tendo em conta o aumento da concorrência no mercado da informação, as exigências relativamente ao jornalista “responsável” aumentam. Daí a necessidade urgente da boa gestão da carteira profissional, o respeito pelos estatutos, traduzidos num código de conduta e de ética, proibindo nomeadamente que as vantagens ou benesses - pode ser até o acesso preferencial às fontes - possam representar uma limitação da independência do jornalista.

A imprensa deve ser independente, pois este princípio constitui um dos pilares essenciais da democracia e uma questão de regime. Contudo, é preciso evitar que o respeito pelos princípios éticos e morais signifique uma limitação à liberdade de imprensa.

O jornalista económico deve deixar de procurar a notícia, exclusivamente, como uma mercadoria. Os jornalistas devem, antes de mais, fazer da informação uma matéria prima de valor estratégico.

Exactamente por isso, o jornalismo económico deve desempenhar o papel de promotor do bem-estar social, através da criação e formação de uma opinião pública democrática. Não existe democracia sem opinião pública e nem opinião pública sem os média. É tão banal quanto isto. E todos aqueles que olham para os média como se de um negócio se tratasse, podem esquecer o debate sobre a ética.

Quando olhamos para a informação económica, constatamos que muitas vezes a matéria noticiosa é tratada como se de fait divers se tratasse. Ou talvez mesmo com a actualidade trágica, sem um trabalho de enquadramento.

E não raras vezes a concentração de notícias empresariais no noticiário económico dos jornais afasta o jornalismo económico do papel de promotor de bem estar.

Se é imperioso deixar claro que isto nada tem de eticamente reprovável ou profissionalmente depreciativo, o que queremos dizer é que tal opção deixa espaço aberto a um novo campo de intervenção da informação económica, fundada na capacidade analítica independente e competente que transmita ao mercado uma visão alternativa à que nos é fornecida pelas empresas visadas.

A limitação dos temas limita o debate social, na medida em que a realidade é omitida. Em Cabo Verde e no momento presente, as informações económicas na sua generalidade tratam a informação empresarial, as entrevistas de verdadeira promoção empresarial, as informações cuja fonte é o governo ou a administração pública.

Precisamente por isso, os média devem repensar a sua função e nessa medida, também, a estrutura tradicional da agenda, as temáticas tradicionais, as categorias de conteúdo e o protagonismo da sociedade civil e dos opinion makers. Por exemplo, não entendi até hoje porque é que a rádio nacional de Cabo Verde não nos oferece um programa económico?

Temos uma informação económica que está a evoluir, mas ainda muito concentrada nos enfoques pessoais. Muitas vezes, as pessoas são mais importantes do que as instituições, tornando as notícias perversas.

É preciso humanizar as redacções. Dar mais espaço aos trabalhadores, aposentados, donas de casa, estudantes, microempresários e funcionários públicos, abordando as suas condições de vida, os sonhos, os actos dos sem tecto, sem escola, sem família, sem saúde, enfim sem cidadania. Os exemplos, os casos de sucesso ao nível das empresas, ONG's, indivíduos e instituições públicas e privadas.

Porque os excluídos não dispõem do mesmo aparato técnico e institucional que as empresas e organismos políticos – assessoria de imprensa, fax, mail para inundar as editoriais de releases.

O papel do jornalista económico não deve ser meramente informativo. O papel do jornalista económico deve ser o de informar, analisar e mostrar ao leitor que existem diferentes formas de ver o mesmo tema ou assunto que está sendo tratado ali. Informar, explicar e analisar devem constituir preocupações permanentes dos jornalistas económicos.

Deve existir claramente uma diferenciação entre opinião e informação, pois os factos económicos devem ser considerados pelos seus aspectos causais e quantitativos e também pelas suas implicações sócio-políticas.

As informações económicas são certamente menos lidas, justamente, porque no jornalismo económico ainda há profissionais que não encontraram uma forma de aproximar o noticiário para perto da vida do cidadão sem contudo banalizá-las.

Por exemplo, ao desenvolver um assunto sobre a balança de pagamentos, muitas vezes o jornalista esquece que aquilo tem uma implicação sócio-política na vida do leitor.

Quem, por exemplo, compreender que perante um défice da balança de pagamentos, há que conter a despesa pública e por isso o consumo, em principio valoriza positivamente as medidas de contenção do crescimento dos salários, redução do crédito à economia e, eventualmente, agravamento de impostos. Quem não estiver por dentro, valoriza-as de forma inversa.

O controlo do défice orçamental pode ser mais facilmente atingido se a sua execução for controlada de uma forma transparente. Hoje, os dados disponibilizados mensalmente permitem fazer esse controlo através do seguimento do financiamento bancário, do financiamento junto do banco central e dos atrasados de pagamentos, todos dados mensalmente publicados.

E, na verdade, é isso que vai fazer o leitor se interessar pela matéria. Ou seja, o jornalismo económico deve seguir as regras básicas da imprensa no que diz respeito à redução de qualquer assunto técnico à altura da compreensão do cidadão comum. Ele deve transmitir de forma clara ao grande público as complexas análises económicas. O jornalista económico tem de construir esta ponte. Existe vontade e estamos dispostos a apoiar. O Estado e as empresas devem também fazer o mesmo.

Porque o assunto económico, à primeira vista, para a maioria das pessoas é chato, mas, na verdade, ele é deveras interessante. É preciso saborear a informação económica para poder mostrar esse sabor aos outros. Esta não é uma tarefa fácil. Mesmo para os economistas, pois há muitos que não conseguem escrever para o público comum. A maioria não domina mesmo a escrita técnica. Não é técnica de jornalismo, mas técnica de redacção mesmo.

Na visão de muitos economistas, e até de alguns jornalistas, os jornalistas em geral são despreparados para a cobertura económica, ou seja um bom jornalismo económico só pode ser feito por economistas.

Não é certamente verdade. Os jornalistas contrapõem que os economistas são incapazes de viver numa sociedade de comunicação plena. Eles não conseguem expressar-se com clareza e utilizam sempre algum termo técnico, obscuro para encobrir esta incapacidade, colocando a culpa dessa deficiência comunicativa nos média e nos jornalistas.

A culpa deve ser de todos e defendo ou a colaboração entre jornalistas e economistas no mesmo órgão, um trabalho de equipa, ou a especialização dos jornalistas ou de economistas.

A formação académica em economia de um jornalista pode ajudá-lo na forma como ele analisa e critica as informações e as fontes. Isso vai-lhe permitir, certamente, conduzir melhor as entrevistas porque ele sabe do que está falando. É uma mais valia. Entretanto, o facto de não possuir esta formação não quer dizer que o jornalista se perde. Mais, ter uma especialização é um selo, uma garantia de qualidade.

Normalmente, a pessoa que compra ou assina o jornal de variedades não vai à procura somente do jornal económico. Ela vai também à procura do desporto, quer estar informada sobre a economia – que vem sob a forma de suplemento - sobre a política, etc. No fundo, é coberto o noticiário básico que possa ser do interesse do leitor.

Um acompanhamento regular do mercado de títulos de dívida pública, da execução orçamental, da política monetária, da evolução do turismo não o vai interessar.

Se alguém quiser ou estiver a precisar dessa informação regularmente terá que encontrar uma outra alternativa. Essa alternativa não existe. Há espaço para ela? Este espaço pode ser criado? Deixo esta questão para o debate.

A nossa preocupação sintetiza-se, assim, numa última observação: quanto melhores e mais bem informados sejam os leitores, mais exigências de excelência fazem. Só que, também, mais se constituem no escudo e seguro para uma informação cada vez mais independente, o que, em última instância, também os beneficia.

Uma boa informação económica requer uma intervenção exigente e qualificada do jornalista, das fontes e do leitor.

E se as condições não estiverem criadas para que os órgãos de comunicação social e os jornalistas possam respeitar os códigos de ética e de conduta, deve caber urgentemente ao poder político criar essas condições, porque se trata de uma questão de regime. Parece-me que é o nosso caso, quando olhamos para os nossos órgãos de comunicação social.

Gostaria de terminar a minha intervenção, convencido de que este debate, certamente, não está a começar hoje, com cinco interrogações/necessidades, que entroncam com tudo aquilo que dissemos até agora:

1. Profissionalização e construção da confiança pela competência e criação e implementação urgente de uma norma de funcionamento para o relacionamento entre os órgãos de comunicação social e as fontes especializadas de informações;
2. Criação de condições por parte do Estado para o exercício do livre e pleno acesso à informação e para o exercício do jornalismo ousado e responsável, cumprindo e fazendo cumprir as leis;
3. Independência dos jornalistas e das linhas editoriais face aos poderes públicos, políticos e privados, através do respeito escrupuloso dos códigos de ética e de conduta. Neste sentido, torna-se urgente a intervenção dos poderes políticos no sentido da criação de condições materiais e legais para que todos os órgãos de comunicação social e os jornalistas possam respeitá-los, garantindo a independência dos mesmos. Não pode haver imprensa livre se os órgãos não o são.

4. Humanização das redacções. Dar mais espaço aos trabalhadores, aposentados, donas de casa, estudantes, microempresários, e funcionários públicos, abordando as suas condições de vida, os sonhos, os actos dos sem tecto, sem escola, sem família, sem saúde, enfim, sem cidadania. Mas também os casos de sucesso ao nível das empresas, ONG's, indivíduos e instituições publicas e privadas.

5. Necessidade de mudança do papel do jornalista económico que não deve ser meramente informativo. O papel do jornalista económico deve ser o de informar, analisar e mostrar ao leitor que existem diferentes formas de ver o mesmo tema ou assunto que está sendo tratado ali. Informar, explicar e analisar devem constituir preocupações permanentes dos jornalistas económicos.

6. Aproveitamento urgente de um campo ainda completamente aberto a uma nova intervenção da informação económica, fundada na capacidade analítica independente e competente que transmita ao mercado uma visão alternativa à que nos é fornecida pelas empresas visadas.

7. Criação de um fundo gerido pela AJOC para a formação de jornalistas em matéria económica, alimentado nomeadamente pelo Estado, empresas, parceiros bilaterais e internacionais.

Acredito na transparência, na disseminação do máximo de informações o mais prontamente possível. Essa não é uma atitude apenas justa. Ela, acima de tudo torna os mercados mais eficientes a longo prazo.

É tudo por agora. Mantenham-se vigilantes. O sistema democrático assim o exige.

Obrigado!